

Randon S.A. Implementos e Participações

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às informações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Randon S.A. Implementos e Participações
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Randon S.A. Implementos e Participações em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda no valor recuperável de ativos imobilizados - Controladora e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.4.d e 15, as demonstrações contábeis incluem ativo imobilizado no montante de R\$ 763.735 mil e R\$ 1.452.853 mil na Controladora e Consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). A avaliação da Companhia e suas controladas sobre a determinação das unidades geradoras de caixa (UGC), e sobre a quantificação do valor de eventual perda, seja em função da determinação do valor de mercado ou do valor recuperável pelo uso dos ativos, possui um grau significativo de julgamento. Em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados pela Companhia e seus especialistas em avaliação de ativos, e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre os processos operacionais chave adotados pela Companhia e suas controladas na identificação de que os ativos possam apresentar indicação de perda em seu valor recuperável;
- Avaliação dos julgamentos significativos adotados pela Companhia e suas controladas na identificação de cada UGC, como por exemplo na identificação de linhas de produto, linhas de negócios e localidades individuais;
- Comparação das estimativas de fluxos de caixa aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, com as premissas utilizadas na preparação do estudo de recuperabilidade para cada UGC, e com o histórico recente de geração de caixa daquelas UGC;
- Avaliação das principais premissas e julgamento realizado pela Companhia e suas controladas para a projeção dos fluxos de caixa descontados, como por exemplo: expectativas de entradas e saídas de caixa advindas do uso do ativo, estimativa de aumento de preços e taxas de desconto aplicadas para cada UGC; e
- Avaliação da adequação das divulgações sobre as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável dos ativos imobilizados, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 15.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos - Controladora e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 3.14(b) e 22, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2016, ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 123.166 mil e R\$ 195.907 mil na controladora e consolidado, respectivamente, relativos à prejuízos fiscais e diferenças temporárias, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia realiza estimativa, com alto grau de julgamento, para determinar a probabilidade de recuperação desses ativos fiscais diferidos, principalmente pela de geração futura de lucro tributável. Em função do recente histórico de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e dos julgamentos relevantes realizados pela Companhia na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do



investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, margem operacional, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.
- Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias.
- Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.
- Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Randon S.A. Implementos e Participações

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	619.385	874.557	1.133.643	1.328.404
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	265.225	268.898	680.983	403.773
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	1.216	5.527
Clientes	8	174.694	298.311	484.247	624.794
Estoques	9	229.750	282.885	461.535	559.132
Impostos e contribuições a recuperar	10	100.023	103.220	158.679	168.025
Despesas antecipadas		9.466	9.266	11.916	13.879
Direitos por recursos de consórcios	23	-	-	74.037	61.169
Outros ativos circulantes		47.805	40.090	31.884	33.834
		1.446.348	1.877.227	3.038.140	3.198.537
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	104.263	84.557	-	-
Clientes	8	-	-	96.494	180.772
Cotas de consórcios		24.215	20.234	61.341	47.966
Impostos diferidos	22	123.166	81.277	195.907	155.103
Impostos e contribuições a recuperar	10	21.317	21.171	32.989	33.590
Depósitos judiciais	17	5.646	3.539	17.505	12.757
Outros ativos não circulantes		4.638	717	9.879	11.013
		283.245	211.495	414.115	441.201
Investimentos	13	921.041	778.132	1.276	1.648
Propriedade para investimento	14	-	-	53.105	-
Imobilizado	15	738.205	763.735	1.293.072	1.452.853
Intangível	16	41.455	50.409	68.583	89.627
		1.700.701	1.592.276	1.416.036	1.544.128
Total do ativo		<u>3.430.294</u>	<u>3.680.998</u>	<u>4.868.291</u>	<u>5.183.866</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Randon S.A. Implementos e Participações

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores		95.830	77.528	170.058	134.718
Empréstimos e financiamentos	18	501.497	789.040	777.475	1.080.433
Instrumentos financeiros derivativos	28	53	-	53	429
Adiantamentos de clientes		21.228	36.221	26.891	43.755
Venda para entrega futura		506	1.512	506	1.727
Impostos e contribuições		14.028	7.990	42.920	35.869
Salários e encargos		16.846	17.852	41.260	39.685
Dividendos	20	31	32	3.258	1.493
Juros sobre o capital próprio		60	83	10.692	6.497
Participações dos empregados e Administradores		4.652	3.776	17.108	13.609
Imposto de renda e contribuição social	22	1.779	1.825	7.699	10.659
Obrigações por recursos de consorciados		-	-	74.073	61.175
Comissões a pagar		3.369	6.905	9.223	14.558
Provisão para garantia		17.370	11.896	20.151	17.022
Outros passivos circulantes		14.304	19.434	38.302	49.795
		691.553	974.094	1.239.669	1.511.424
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	1.303.261	1.410.655	1.651.843	2.014.110
Impostos e contribuições		292	2.072	1.187	3.580
Subvenção governamental a realizar		2.680	-	6.037	-
Impostos diferidos	22	-	-	39.030	31.196
Provisão para litígios	17	15.005	7.522	25.705	15.984
Outros passivos não circulantes		4.346	9.322	14.536	19.904
		1.325.584	1.429.571	1.738.338	2.084.774
Total do passivo		2.017.137	2.403.665	2.978.007	3.596.198
Patrimônio líquido					
Capital social	19	1.293.170	1.200.000	1.293.170	1.200.000
Reserva de capital		(197.522)	(194.552)	(197.522)	(194.552)
Reservas de lucros		294.055	357.306	294.055	357.306
Ações em tesouraria		(22.071)	(22.071)	(22.071)	(22.071)
Outros resultados abrangentes		45.525	(63.350)	45.525	(63.350)
Total da participação dos controladores		1.413.157	1.277.333	1.413.157	1.277.333
Participação de acionistas não controladores		-	-	477.127	310.335
Total do patrimônio líquido		1.413.157	1.277.333	1.890.284	1.587.668
Total do passivo e patrimônio líquido		3.430.294	3.680.998	4.868.291	5.183.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Randon S.A. Implementos e Participações

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	24	1.344.472	1.662.751	2.623.976	3.099.402
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(1.251.143)	(1.463.561)	(2.103.069)	(2.458.475)
Lucro bruto		93.329	199.190	520.907	640.927
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	25	(109.524)	(155.387)	(273.732)	(348.115)
Administrativas e gerais	25	(84.007)	(98.375)	(184.017)	(219.751)
Resultado de equivalência patrimonial	13	39.927	39.833	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		(1.553)	(9.104)	(41.772)	(35.831)
(Prejuízo)/Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(61.828)	(23.843)	21.386	37.230
Despesas financeiras	27	(255.862)	(266.195)	(376.340)	(466.149)
Receitas financeiras	27	208.622	236.207	356.035	422.834
(Prejuízo)/Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(109.068)	(53.831)	1.081	(6.085)
Imposto de renda e contribuição social	22	41.863	29.203	(12.447)	5.334
(Prejuízo) do exercício		(67.205)	(24.628)	(11.366)	(751)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	55.839	23.877
Atribuível aos acionistas controladores		(67.205)	(24.628)	(67.205)	(24.628)
Prejuízo por ação básico e diluído					
Atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(0,21)	(0,08)	(0,21)	(0,08)
Atribuível a acionistas controladores detentores de ações preferenciais		(0,21)	(0,08)	(0,21)	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Randon S.A. Implementos e Participações

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(67.205)	(24.628)	(11.366)	(751)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Ajuste de conversão do exercício	(15.475)	5.081	(15.475)	5.081
Perda atuarial - Randonprev	(27)	(1.979)	(27)	(1.979)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perda atuarial	<u>9</u>	<u>673</u>	<u>9</u>	<u>673</u>
<i>Hedge accounting</i>	<u>128.322</u>	<u>(133.399)</u>	<u>128.322</u>	<u>(133.399)</u>
Resultado abrangente total	<u>45.624</u>	<u>(154.252)</u>	<u>101.463</u>	<u>(130.375)</u>
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	45.624	(154.252)	45.624	(154.252)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.839</u>	<u>23.877</u>
	<u>45.624</u>	<u>(154.252)</u>	<u>101.463</u>	<u>(130.375)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Randon S.A. Implementos e Participações

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros									
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimento e capital de giro	Outros resultados abrangentes e Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total da participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	1.200.000	(22.071)	(194.552)	105.325	272.192	70.691	-	1.431.585	311.759	1.743.344
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(24.628)	(24.628)	23.877	(751)
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.301)	(25.301)
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	-	5.081	-	5.081	-	5.081
Avaliação atuarial	-	-	-	-	-	(1.306)	-	(1.306)	-	(1.306)
Realização da depreciação do valor atribuído	-	-	-	-	-	(2.400)	2.400	-	--	-
Realização da depreciação do valor atribuído das controladas	-	-	-	-	-	(1.969)	1.969	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	-	-	(48)	48	-	-	-
Hedge accounting	-	-	-	-	-	(133.399)	-	(133.399)	-	(133.399)
Destinações propostas:										
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	(20.211)	-	20.211	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.200.000	(22.071)	(194.552)	105.325	251.981	(63.350)	-	1.277.333	310.335	1.587.668
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(67.205)	(67.205)	55.839	(11.366)
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	-	(15.475)	-	(15.475)	-	(15.475)
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	110.953	110.953
Aumento de capital	93.170	-	-	-	-	-	-	93.170	-	93.170
Gastos com emissões de ações	-	-	(1.043)	-	-	-	-	(1.043)	-	(1.043)
Ganho/perda participação societária em controlada	-	-	(1.927)	-	-	-	-	(1.927)	-	(1.927)
Avaliação atuarial	-	-	-	-	-	(18)	-	(18)	-	(18)
Realização da depreciação do valor atribuído	-	-	-	-	-	(1.962)	1.962	-	-	-
Realização da depreciação do valor atribuído das controladas	-	-	-	-	-	(1.950)	1.950	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	-	-	(42)	42	-	-	-
Hedge accounting	-	-	-	-	-	128.322	-	128.322	-	128.322
Destinação proposta:										
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	(63.251)	-	63.251	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.293.170	(22.071)	(197.522)	105.325	188.730	45.525	-	1.413.157	477.127	1.890.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Randon S.A. Implementos e Participações

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(67.205)	(24.628)	(11.366)	(751)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(41.863)	(29.203)	12.447	(5.334)
Depreciação e amortização	57.239	58.916	121.331	124.648
Redução perda valor recuperável	-	-	11.950	-
Provisões para litígios	7.483	3.202	9.721	7.043
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.708	556	6.006	13.621
Provisão para perdas de estoques	252	200	4.199	(947)
Outras provisões	(5.272)	(15.496)	(6.624)	(26.155)
Custo residual de ativos imobilizados baixados e vendidos	2.253	1.675	20.613	(831)
Baixa de investimento	251	58	374	72
Resultado de equivalência patrimonial	(39.927)	(39.833)	-	-
Variação cambial e juros sobre empréstimos	72.159	250.066	70.482	391.417
Subvenção governamental	(1.969)	-	(4.041)	-
Variação em derivativos	-	-	3.935	(4.273)
	(6.891)	205.513	239.027	498.510
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras	(16.033)	(224.975)	(277.210)	(247.081)
Contas a receber de clientes	113.720	(64.363)	218.819	18.217
Estoques	52.883	(23.315)	93.398	(4.675)
Outros ativos	(51.047)	(8.516)	(80.002)	10.061
Fornecedores	18.302	(8.425)	35.340	(28.933)
Outras contas a pagar	147.418	16.876	258.525	(50.773)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.825)	-	(42.240)	(37.699)
Caixa líquido gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais	256.527	(107.205)	445.657	157.627
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de lucros e dividendos de controladas	47.144	35.768	-	-
Adição no investimento	(158.357)	(17.539)	(2)	(1)
Aquisição de ativo imobilizado	(21.345)	(84.942)	19.367	(127.788)
Aquisição de ativo intangível	(3.663)	(2.842)	(4.209)	(3.668)
Caixa líquido (usado) proveniente nas atividades de investimentos	(136.221)	(69.555)	15.156	(131.457)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital social	93.170	-	93.170	-
Gastos com emissões de ações	(1.043)	-	(1.043)	-
Dividendos pagos	(1)	(12.149)	(2.873)	(31.486)
Juros sobre capital próprio pagos	(23)	(22.291)	(8.164)	(32.405)
Empréstimos tomados	457.849	1.069.281	520.255	1.300.036
Pagamento de empréstimos	(754.669)	(660.347)	(1.049.567)	(1.077.601)
Juros pagos por empréstimos	(170.761)	(173.256)	(207.352)	(214.400)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades de financiamentos	(375.478)	201.238	(655.574)	(55.856)
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(255.172)	24.478	(194.761)	(29.686)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício (Nota explicativa 6)	874.557	850.079	1.328.404	1.358.090
No fim do exercício (Nota explicativa 6)	619.385	874.557	1.133.643	1.328.404
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(255.172)	24.478	(194.761)	(29.686)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Randon S.A. Implementos e Participações

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Venda de produtos e serviços, (-) devoluções	1.664.509	2.043.093	3.251.272	3.801.125
Receitas relativas à construção de ativos próprios	14.603	101.749	20.228	125.096
Outras receitas	8.168	3.779	12.489	10.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.708)	(556)	(6.006)	(12.641)
	1.677.572	2.148.065	3.277.983	3.923.699
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(1.146.142)	(1.450.155)	(1.540.667)	(1.905.880)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(203.107)	(284.215)	(681.693)	(805.976)
	(1.349.249)	(1.734.370)	(2.222.360)	(2.711.856)
Retenções				
Depreciação e amortização	(57.239)	(58.916)	(121.331)	(124.648)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	271.084	354.779	934.292	1.087.195
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	39.927	39.833	-	-
Aluguéis e royalties	6.371	10.295	7.896	12.684
Receitas financeiras	208.622	236.207	356.035	422.834
	254.920	286.335	363.931	435.518
Valor adicionado total a distribuir	526.004	641.114	1.298.223	1.522.713
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	135.983	185.308	364.564	438.586
Benefícios	22.800	31.286	54.122	76.644
FGTS	24.538	31.548	47.565	60.918
Comissões sobre vendas	528	294	1.638	2.309
Honorários e participações da diretoria	7.821	8.276	16.159	16.972
Participação dos empregados nos lucros	3.340	8.203	16.307	21.739
Planos de aposentadoria e pensão	2.260	2.415	4.228	4.559
	197.270	267.330	504.583	621.727
Tributos				
Federais	94.595	79.902	274.290	245.211
Estaduais	32.881	31.858	128.410	149.334
Municipais	1.476	1.290	5.259	4.479
	128.952	113.050	407.959	399.024
Financiadores				
Juros e despesas financeiras	255.862	266.195	376.340	466.149
Aluguéis	11.125	19.167	20.707	36.564
	266.987	285.362	397.047	502.713
Acionistas				
Participação dos não controladores	-	-	55.839	23.877
Prejuízos retidos/absorvidos no exercício	(67.205)	(24.628)	(67.205)	(24.628)
Valor adicionado distribuído	526.004	641.114	1.298.223	1.522.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações (“Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4), tem por objeto: a) industrialização, comércio, importação e exportação de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; industrialização de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b) participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, na Argentina, no Chile, no México, na China, nos Emirados Árabes Unidos, na Alemanha, nos Estados Unidos e na África do Sul.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 15 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentadas abaixo:

Percentual de participação							
			31/12/2016		31/12/2015		
	Objeto social	País-sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
	Randon Argentina S.A. (a)	Fabricação e comércio de implementos rodoviários	Argentina	94,99	5,01	94,99	5,01
	Randon Automotive Ltda. (a)	Representação e comércio de implementos rodoviários	África do Sul	100	-	100	-
	Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
	Master Sistemas Automotivos Ltda.(b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
	Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Brasil	99,57	-	99,57	-
	Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(b)	Fundição de ferro e aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
	Randon Investimentos Ltda.(b)	Holding de instituição financeira	Brasil	99,99	-	99,99	-
	Banco Randon S.A. (b)	Instituição financeira	Brasil	-	99,99	-	99,99
	Fras-le S.A.(b)	Fabricação de peças e acessórios para sistema de freios de veículos automotores	Brasil	51,16	-	50,00	-
	Fras-le Argentina S.A. (c)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	6	94	6	94
	Fras-le North America, Inc. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	EUA	-	100	-	100
	Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (c)	Representação e comércio de autopeças	Chile	-	99,00	-	99,99
	Fras-le Europe (c)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	-	100	-	100
	Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	China	-	100	-	100
	Fras-le México S de RL de CV (c)	Representação e comércio de autopeças	México	-	99,66	-	99,66
	Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited(c)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	-	100	-	100
	Freios Controil Ltda. (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	99,99	-	99,99
	Fras-le Middle East (c)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100
(a)	Empresa controlada no exterior.						
(b)	Empresa controlada no país.						
(c)	Empresa controlada no exterior com o controle direto retido pela Fras-le S.A..						
(d)	Empresa da controlada com o controle direto retido pela Fras-le S.A. no país.						

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou acordo de associação com a Federal Mogul VCS Holding BV, o qual tem como objeto a aquisição de 80,10% das quotas representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos Ltda, localizada na cidade de Sorocaba-SP, e atua na fabricação de pastilhas para veículos leves. A Companhia assumirá efetivamente o controle e gestão da Empresa após a aprovação no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - CADE e nas demais jurisdições aplicáveis, que passará a denominar-se Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. Essa informação foi divulgada ao mercado, através de Fato Relevante, no dia 10 de dezembro de 2016.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está demonstrada abaixo:

Controladas

Moeda Funcional

Randon Argentina S.A.	Peso Argentino
Randon Automotive Ltda.	Rand
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Real
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Real
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Real
Randon Investimentos Ltda.	Real
Fras-le S.A.	Real
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda.	Yuan
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rand
Freios Controil Ltda.	Real
Fras-le Middle East	Dhiram

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que possuem normas específicas para divulgação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Cotas de consórcio

Avaliados pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio, até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

3.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.10 Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo histórico de sua aquisição menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

As propriedades para investimento são depreciadas pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A vida útil média das propriedades para investimento é 49 anos.

3.11 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	49 anos	2,0	43 anos	2,3
Máquinas e equipamentos	15 anos	6,7	14 anos	7,1
Moldes	8 anos	12,5	9 anos	11,1
Veículos	10 anos	10,0	8 anos	12,5
Móveis e utensílios	13 anos	7,7	13 anos	7,7
Equipamentos de tecnologia	4 anos	25,0	6 anos	16,7
Direito uso subestação	-	-	24 anos	4,2

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.12 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto corrente

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.15 Benefícios de pensão pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;

- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

3.16 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota explicativa 25). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.17 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.18 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.19 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3.20 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 17** - Provisão para Litígios

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários
- **Nota explicativa 28** - Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

c. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 21.

d. Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota explicativa 12.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, sendo necessário passar a avaliar quais são os riscos de mercado que a Companhia está sujeita. O IFRS 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a Administração usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores e as diferenças nos valores contábeis serão reconhecidas em 1º de janeiro de 2018 e absorvidas nos lucros acumulados e reservas.

IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para divulgar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou preliminarmente os impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com clientes e entende que não haverá mudanças significativas em relação à prática atualmente adotada. Eventuais impactos, embora não esperados, deverão ser tratados prospectivamente na abordagem de transição.

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as divulgações da Companhia. Devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação a análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da Companhia, visto que o valor de despesas referente aos arrendamentos operacionais darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis registrados no passivo e as despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	698	870	28.619	29.249
Numerários em trânsito (a)	9.008	30.540	20.869	54.364
Aplicações financeiras (b)	609.679	843.147	1.084.155	1.244.791
	619.385	874.557	1.133.643	1.328.404

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira no exterior, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das informações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 72% e 102,5% (75% a 104% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média em 31/12/2016	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CDB e Operações Comp. LFS(Debêntures)	99% a 102% do CDI 100% do CDI	369.488	353.455	664.061	374.229
		-	-	16.922	29.544
Total		369.488	353.455	680.983	403.773
(-) Circulante		265.225	268.898	680.983	403.773
Não circulante		104.263	84.557	-	-

As aplicações financeiras de liquidez não imediata classificadas como não circulante são representadas por aplicações realizadas diretamente na controlada Banco Randon S.A. (Nota explicativa 11).

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
No País	152.649	257.687	526.231	716.109
- De terceiros	140.854	252.603	526.231	716.109
- Partes relacionadas	11.310	4.410	-	-
- Vendor	485	674	-	-
No exterior	50.623	59.759	105.028	134.013
- De terceiros	43.573	50.631	105.028	134.013
- De partes relacionadas	7.050	9.128	-	-
	203.272	317.446	631.259	850.122
Menos:				
- Ajuste a valor presente	(1.903)	(2.168)	(3.466)	(3.509)
- Provisão para devedores duvidosos	(26.675)	(16.967)	(47.052)	(41.046)
Total	174.694	298.311	580.741	805.566
(-) Circulante	174.694	298.311	484.247	624.794
Não circulante	-	-	96.494	180.772

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os prazos médios de recebimentos para o mercado interno são de 146 e 137 dias, respectivamente, e para o mercado externo 55 e 49 dias, respectivamente. Os prazos médios de recebimento dos ativos não circulantes é de 563 dias em 2016 e 797 dias em 2015.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(16.967)	(16.411)	(41.046)	(27.425)
Adições	(16.631)	(3.824)	(28.646)	(19.229)
Baixa/realizações	<u>6.923</u>	<u>3.268</u>	<u>22.640</u>	<u>5.608</u>
Saldo no final do exercício	<u>(26.675)</u>	<u>(16.967)</u>	<u>(47.052)</u>	<u>(41.046)</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	96.042	153.847	506.747	638.483
De 1 a 30 dias	48.658	111.583	54.660	132.988
De 31 a 60 dias	11.658	17.062	12.707	29.703
De 61 a 90 dias	7.608	9.374	9.369	14.993
De 91 a 180 dias	10.964	11.521	11.360	14.284
Acima de 181 dias	<u>28.342</u>	<u>14.059</u>	<u>36.416</u>	<u>19.671</u>
Total	<u>203.272</u>	<u>317.446</u>	<u>631.259</u>	<u>850.122</u>

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 27.

9 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	40.342	39.556	146.454	178.615
Produtos em elaboração	96.908	92.686	123.294	122.754
Matérias-primas	52.593	101.473	121.036	175.680
Material auxiliar e de manutenção	44.925	49.636	66.662	72.841
Adiantamentos a fornecedores	218	1.513	4.429	6.038
Importações em andamento	3.426	6.431	17.254	16.599
Provisão para perdas com estoques	<u>(8.662)</u>	<u>(8.410)</u>	<u>(17.594)</u>	<u>(13.395)</u>
	<u>229.750</u>	<u>282.885</u>	<u>461.535</u>	<u>559.132</u>

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(8.410)	(8.210)	(13.395)	(14.342)
Adições	(8.575)	(8.314)	(19.071)	(12.654)
Recuperações/ realizações	8.323	8.114	14.872	13.601
Saldo no final do exercício	(8.662)	(8.410)	(17.594)	(13.395)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS (a)	23.202	20.012	47.665	43.899
IPI (b)	24.292	22.464	25.274	23.416
IRPJ e CSLL (c)	56.627	61.687	68.678	77.019
COFINS (d)	12.585	12.492	16.608	18.328
PIS (d)	2.744	2.725	4.662	3.963
IVA (e)	-	-	17.495	18.116
Reintegra (f)	177	2.098	1.180	4.872
Outros	1.713	2.913	10.106	12.002
Total	121.340	124.391	191.668	201.615
(-) Circulante	100.023	103.220	158.679	168.025
Não circulante	21.317	21.171	32.989	33.590

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d. Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar pelas controladas Randon Argentina S.A. e Fras-le Argentina S.A. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra em 18 meses.

f. Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando da apuração de valores a pagar, relativamente a qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos:

	Ativo				Passivo		
	Contas a receber por vendas	Aplicações financeiras e outros	JSCP a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	132	-	5.891	749	2.262	114	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	522	-	2.130	-	174	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	2	-	1.863	2.209	2.452	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	24	-	1.637	817	7	7	-
Fras-le S.A. (a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	27	-	2.993	420	44	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	213	-	2.544	732	297	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	245	-	-	-	1	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	3.432	-	-	-	128	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	10.916	4.011	-	-	134	54	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	140	-	-	-	-	6	-
Fras-le Argentina S.A.(b)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.402	-	-	97	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.841	-	-	97	-	-	-
Randon Argentina S.A.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	5.648	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	7.287	-	-	-	-	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	2	-	-	19.757	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	16	-	-	16.316	-	1	-
Banco Randon S.A.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	104.303	-	-	15	1	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	-	90.101	-	1.548	-	1	-
Outras partes relacionadas (c)							
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	31	5	4.975
Saldo 31 de dezembro de 2015	63	-	-	-	120	6	7.905
Saldo 31 de dezembro de 2016	18.374	108.314	10.747	23.232	4.939	174	4.975
Saldo 31 de dezembro de 2015	13.538	90.101	6.311	19.510	726	21	7.905

(*) No consolidado, o saldo de outras partes relacionadas foi de R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 9.736 em 31 de dezembro de 2015).

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Transações			Prazo médio		
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras receitas	Outras despesas	Recebimentos	Pagamentos
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	3.510	94.510	6.498	452	24	19
Saldo 31 de dezembro de 2015	2.605	67.686	6.876	355	24	4
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	349	32.525	2.393	115	13	38
Saldo 31 de dezembro de 2015	93	28.963	2.941	8	12	5
Fras-le S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	6.027	6.932	15.358	6.116	34	11
Saldo 31 de dezembro de 2015	4.916	10.964	9.896	3.464	23	4
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	65.965	6.947	331	572	8	67
Saldo 31 de dezembro de 2015	58.418	8.454	1.369	61	3	10
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	12.090	64.625	1.472	249	17	6
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.558	38.013	782	636	55	2
Freios Controil Ltda. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	2.072	-	-	-	23	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	642	-	-	-	17	-
Randon Argentina S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	22.553	-	-	-	162	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	30.491	-	-	-	83	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	2.830	-	1.592	48	5	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.679	-	1.320	12	9	-
Banco Randon S.A. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	486	-	12.075	4.001	9	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	418	-	10.786	3.962	5	-
Randon Automotive Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	1.914	-	-	-	1
Saldo 31 de dezembro de 2015	-	8.886	-	-	-	3
Fras-le Argentina S.A. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	3.250	-	-	-	88	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	3.271	-	-	-	133	-
Outras partes relacionadas (c)						
Saldo 31 de dezembro de 2016	6	42	36	155	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	2	378	43	2.417	-	-
Total						
Saldo 31 de dezembro de 2016	119.138	207.495	39.755	11.708		
Saldo 31 de dezembro de 2015	104.093	163.344	34.013	10.915		

(a) Sociedade controlada direta e final da Companhia.

(b) Sociedade controlada pela Fras-le S.A.

(c) Outras partes relacionadas — Saldos de mútuos a receber e a pagar mantidos junto a diretores, gerentes, membros do Conselho de Administração e entre outras partes relacionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as operações de vendas com as empresas do Grupo Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 55.645 (R\$ 52.008 em 31 de dezembro de 2015), na Fras-Le S.A. e suas controladas de R\$ 103.348 (R\$ 143.617 em 31 de dezembro de 2015), na Randon S.A. Implementos e Participações e suas filiais de R\$ 14.862 (R\$ 23.818 em 31 de dezembro de 2015).

As operações de vendas com as empresas do grupo Jost Werke atingiram o montante, na Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 1.981 (R\$ 895 em 31 de dezembro de 2015).

As transações comerciais praticadas com essas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento à vista não são praticados juros.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas definiram como pessoal chave: o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal, a diretoria não estatutária e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	18.331	22.476	26.513	31.979
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	867	877	1.404	1.381
Total	19.198	23.353	27.917	33.360

A Companhia não realizou o pagamento ao seu pessoal chave da Administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2016 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	337	410	696	816
Custo dos juros sobre VPO	712	638	1.349	1.182
Receita de juros sobre ativos do plano	(1.063)	(1.044)	2.012	1.936
Juros sobre o superávit irrecuperável	318	368	600	685
Custo de benefício definido no resultado	304	372	4.657	4.619
Rendimento real dos ativos do plano	924	(581)	1.514	(905)

Ativo (passivo) de benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigação com benefícios definidos	(5.116)	(5.786)	(9.688)	(10.929)
Valor justo dos ativos do plano	9.256	8.279	17.528	15.638
Ajuste devido	(4.140)	(2.493)	(7.840)	(4.709)
Ativo de benefícios	-	-	-	-

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2014	(5.538)	(10.296)
Custo de juros	(638)	(1.182)
Custo do serviço corrente	(435)	(840)
Benefícios pagos	287	454
Perdas atuariais sobre obrigações	538	935
	<hr/>	<hr/>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(5.786)	(10.929)
	<hr/>	<hr/>
Custo de juros	(712)	(1.349)
Custo do serviço corrente	(337)	(696)
Benefícios pagos	373	450
Ganhos/Perdas atuariais sobre obrigações	1.346	2.836
	<hr/>	<hr/>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016	(5.116)	(9.688)
	<hr/>	<hr/>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	8.708	16.185
Retorno sobre o investimento	(581)	(905)
Contribuição do empregador	420	811
Benefícios pagos	(287)	(454)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	19	1
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	8.279	15.638
	<hr/>	<hr/>
Retorno sobre o investimento	924	1.514
Contribuição do empregador	425	826
Benefícios pagos	(372)	(450)
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	9.256	17.528
	<hr/>	<hr/>

A Companhia espera contribuir com R\$ 3.301 aos seus planos de previdência com benefício definido, em 2017. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ações	1.708	1.976	3.233	3.733
Títulos	7.548	6.303	14.295	11.906
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	9.256	8.279	17.528	15.639
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Taxa de desconto	11,18%	12,75%
Taxa de crescimento salarial	7,03%	7,49%
Taxa de crescimento de benefícios	4,85%	5,00%
Expectativa de vida de participantes recebendo renda vitalícia	26	26

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2017 realizada pela empresa		
Empresas	453	878
	453	878
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017	764	1.420
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2025	5.008	9.816
	5.772	11.236
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	2.956	5.871
BPDs- Benefícios proporcionais diferidos	2.119	3.776
Aposentados	41	41
	5.116	9.688
Informações patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2016		
Renda variável	18%	18%
Renda fixa	82%	82%
	100%	100%
Resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	170	367
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	(25)	(49)
	145	318

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2016:

Patrocinadora	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2016	1 p.p Aumento - Efeito no VPO	1 p.p Redução - Efeito no VPO
Randon S.A. Implementos e Participações	5.116	(347)	398
Randon Implementos para o Transporte Ltda	717	(49)	56
Master Sistemas Automotivos Ltda	705	(48)	55
Randon Administradora de Consórcios Ltda	106	(7)	8
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	235	(16)	18
Fras-le S.A.	2.704	(183)	211
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	67	(5)	5
Banco Randon S.A.	38	(3)	3
Total	9.688	(658)	754

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 12,18%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 10,18%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participação em controladas	921.015	778.533	-	-
Outros investimentos	1.272	2.406	1.276	2.956
Lucros não realizados nos estoques	(123)	(801)	-	-
Lucros não realizados em imóveis	(1.123)	(1.123)	-	-
Provisão para desvalorização dos investimentos mantidos ao custo	-	(883)	-	(1.308)
	921.041	778.132	1.276	1.648

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos no início do exercício	778.132	762.683	1.648	1.719
Integralização de capital social	158.357	17.539	2	1
Gasto com emissão de ações	(1.927)	-	-	-
Baixa outros investimentos	(251)	(58)	(374)	(72)
Equivalência patrimonial	39.927	39.833	-	-
Variação cambial das investidas no exterior	(15.475)	5.082	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(47.144)	(35.768)	-	-
Avaliação Randonprev	(4)	(78)	-	-
Lucros não realizados nos estoques / imóveis	678	627	-	-
Resultado abrangente de controladas	8.748	(11.728)	-	-
Saldos no final do exercício	921.041	778.132	1.276	1.648

Em 20 de abril de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da controlada Fras-le S.A., o efetivo aumento de capital social da controlada no montante total de R\$ 300.000, sendo o aporte da Companhia no valor de R\$ 158.144, totalizando a participação de 51,16%.

Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investimentos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	215.662	64.907	31.796	187.226	52.102	18.708	121.431	84.613	983	1.105	778.533
- Aumento de participação societária	158.144	-	-	-	-	213	-	-	-	-	158.357
- Ganho/perda participação societária em controlada	(1.927)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.927)
- Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(9.833)	(5.193)	(4.410)	-	(19.757)	-	-	(7.951)	-	-	(47.144)
- Ajustes acumulados de conversão	(8.902)	-	-	-	-	(6.110)	-	-	(79)	(384)	(15.475)
- Resultados abrangentes	8.748	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.748
- Avaliação Randonprev	(4)	(3)	(1)	6	(2)	-	-	-	-	-	(4)
- Equivalência patrimonial	32.809	10.132	5.810	(33.019)	19.758	2.108	(4.387)	6.394	129	193	39.927
Saldos em 31 de dezembro de 2016	394.697	69.843	33.195	154.213	52.101	14.919	117.044	83.056	1.033	914	921.015

Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu de suas controladas Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) no valor de R\$ 8.802 (R\$ 13.762 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$ 38.342 (R\$ 22.006 em 31 de dezembro de 2015).

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Informações das investidas

	Fras-le S.A. (***)	Master Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Randon Implementos para o Transporte Ltda.(**)	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(*)	Randon Investimentos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	<u>Controladora</u>	
											31/12/2016	31/12/2015
Capital social	600.000	60.000	5.690	150.000	30.000	16.190	170.000	75.100	47	6.622		
Quantidade total de ações ou quotas da investida (em lotes de mil)												
- Ordinárias	217.566	-	-	-	-	4.882	-	-	-	14.099		
- Quotas	-	60.000	5.690	150.000	30.000	-	170.000	75.100	210	-		
Participação no capital social, no final do exercício - %	51,16	51	51	99,99	99,57	94,99	99,99	99,99	100	6		
Ativos	1.202.304	360.683	91.834	166.088	157.271	37.998	148.817	368.716	1.063	52.679		
Passivos	430.168	223.330	26.226	11.860	104.945	22.293	31.674	285.659	30	37.444		
Receita líquida	812.651	265.561	112.065	86.134	108.375	78.160	62.807	49.962	2.085	92.709		
Patrimônio líquido ajustado	772.136	137.353	65.608	154.228	53.326	15.705	117.143	83.057	1.033	15.235		
Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício	64.281	19.782	10.790	(33.022)	19.843	2.240	(4.300)	6.394	128	3.241		
Ajustes acumulados de conversão	(8.902)	-	-	-	-	(6.110)	-	-	(79)	(384)	(15.475)	5.082
Equivalência patrimonial	32.809	10.132	5.810	(33.019)	19.758	2.108	(4.387)	6.394	129	193	39.927	39.833
Valor do investimento	394.697	69.843	33.195	154.213	52.101	14.919	117.044	83.056	1.033	914	921.015	778.533

(*) Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$ 328), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 207), Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 265) e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (R\$ 87).

(**) Conforme divulgações públicas e em função do atual cenário econômico, a Companhia decidiu interromper as atividades fabris da controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda. em abril de 2016. Estudos em relação a recuperabilidade dos investimentos estão em preparação por parte da administração que estima que não haverá perdas relevantes em relação a parada de produção. Adicionalmente, os ativos não financeiros da controlada foram classificados como propriedade para investimento, conforme Nota explicativa 14.

(***) Em 31 de dezembro de 2016, ao realizarmos os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa da linha de produtos “blocos”, localizada na controlada indireta Fras-le North America Inc., apresentava indicadores de perda em função da avaliação de sua viabilidade econômica. A Companhia e sua controlada indireta, não possuem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos naquela unidade geradora de caixa. O cenário de desvalorização do Real - R\$ frente ao Dólar - US\$ tiveram impacto favorável no aumento da produção de blocos diretamente no Brasil, ao contrário da produção que seria realizada nos Estados Unidos da América. O valor foi registrado no resultado do exercício de 2016 na Fras-le S.A., na rubrica de outras receitas e despesas operacionais. Adicionalmente há a possibilidade de retomada da utilização daquela unidade geradora de caixa considerando alterações na política cambial daquele país.

14 Propriedade para investimento

	Consolidado 31/12/2016
Valor de aquisição do bem	58.176
Depreciação	<u>(5.071)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>53.</u>

A propriedade para investimento é constituída de terreno com área total de 110.460 m² e área construída de 28.467 m², localizados na cidade de São Paulo e está mensurado pelo seu valor de custo amortizado. A propriedade para investimento não está sendo utilizada nas atividades operacionais da Companhia e é mantida para auferir aluguel ou para valorização de capital. No decorrer do exercício de 2016 não houve renda proveniente do imóvel.

Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de propriedade para investimento.

15 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de Tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	501.909	512.252	12.022	13.836	16.737	33.405	25.994	1.116.155
Aquisições	4.810	40.345	218	553	641	37.737	638	84.942
Baixas	(153)	(2.520)	(5)	(159)	(453)	(76)	-	(3.366)
Transferências	3.757	18.696	219	90	183	(933)	(22.836)	(824)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	510.323	568.773	12.454	14.320	17.108	70.133	3.796	1.196.907
Aquisições	1.731	9.305	586	450	32	3.733	7.507	23.344
Baixas	(1.388)	(3.407)	(14)	(139)	(3.555)	-	-	(8.503)
Transferências	(733)	8.011	693	53	68	(485)	(9.606)	(1.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	509.933	582.682	13.719	14.684	13.653	73.381	1.697	1.209.749

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e Moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(65.560)	(293.170)	(7.701)	(11.944)	(10.911)	-	-	(389.286)
Depreciação	(7.955)	(35.766)	(679)	(690)	(1.311)	-	-	(46.401)
Baixas	29	2.157	3	149	177	-	-	2.515
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(73.486)	(326.779)	(8.377)	(12.485)	(12.045)	-	-	(433.172)
Depreciação	(7.822)	(34.266)	(679)	(783)	(1.078)	-	-	(44.628)
Baixas	843	2.427	9	128	2.849	-	-	6.256
Transferências	66	(42)	(31)	7	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(80.399)	(358.660)	(9.078)	(13.133)	(10.274)	-	-	(471.544)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	436.837	241.994	4.077	1.835	5.063	70.133	3.796	763.735
Saldos em 31 de dezembro de 2016	429.534	224.022	4.641	1.551	3.379	73.381	1.697	738.205

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	814.620	1.344.906	37.440	30.509	23.151	71.985	26.792	2.349.403
Aquisições	9.736	63.625	752	1.296	1.118	61.780	2.356	140.663
Baixas	(1.052)	(8.204)	(59)	(575)	(1.217)	(840)	-	(11.947)
Transferências/Reclassificação	4.416	40.599	535	356	183	(27.539)	(22.836)	(4.286)
Variação cambial	3.295	27.760	(72)	102	46	125	-	31.256
Saldos em 31 de dezembro de 2015	831.015	1.468.686	38.596	31.688	23.281	105.511	6.312	2.505.089
Aquisições	2.346	16.901	960	815	105	12.540	7.318	40.985
Baixas	(2.233)	(33.511)	(2.204)	(1.755)	(4.794)	(260)	-	(44.757)
Transferências/Reclassificação	(55.903)	30.443	929	173	68	(24.397)	(11.665)	(60.352)
Variação cambial	(4.489)	(18.265)	(301)	(435)	(159)	(1.653)	--	(25.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	770.736	1.464.254	37.980	30.486	18.501	91.741	1.965	2.415.663
Depreciação e perda do valor								
Recuperável								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(126.108)	(756.572)	(24.357)	(25.969)	(14.994)	-	-	(948.000)
Depreciação	(15.572)	(82.893)	(2.145)	(1.776)	(1.882)	-	-	(104.268)
Baixas	586	6.975	43	551	466	-	-	8.621
Transferência	933	(933)	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	(762)	(7.406)	(137)	(252)	(32)	-	-	(8.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(140.923)	(840.829)	(26.596)	(27.446)	(16.442)	-	-	(1.052.236)
Depreciação	(15.243)	(79.486)	(1.973)	(1.690)	(1.504)	-	-	(99.896)
Baixas	897	19.951	1.681	1.500	3.758	-	-	27.787
Transferência	5.135	(894)	5	825	-	-	-	5.071
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.700)	(6.941)	-	-	-	(1.309)	-	(11.950)
Variação cambial	951	7.007	219	344	112	-	-	8.633
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(152.883)	(901.192)	(26.664)	(26.467)	(14.076)	(1.309)	-	(1.155.591)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	690.092	627.857	12.000	4.242	6.839	105.511	6.312	1.452.853
Saldos em 31 de dezembro de 2016	617.853	563.062	11.316	4.019	4.425	90.432	1.965	1.293.072

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, exceto pela redução a valor recuperável reconhecida na controlada indireta Fras-le North América Inc., no montante de R\$ 11.950, em função dos motivos descritos na Nota explicativa 13.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Construções e benfeitorias em imóveis	40.072	54.018	40.942	55.955
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	31.788	15.801	47.570	46.376
Fabricação de ferramentas	1.521	314	3.229	3.180
	<u>73.381</u>	<u>70.133</u>	<u>91.741</u>	<u>105.511</u>

Custos de empréstimos capitalizados

No consolidado, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício foi de R\$ 502 (R\$ 926 em 31 de dezembro de 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,16% a.m. (0,15% a.m. em 2015), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.733 (R\$ 4.891 em 31 de dezembro de 2015).

Os ativos em construção serão registrados como “terrenos e prédios” após finalização da construção.

16 Intangível

Controladora	Intangível			Total
	Marcas e Patentes	em andamento	Software e licenças	
Custo ou avaliação				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202	778	102.965	103.945
Aquisições	-	-	2.018	2.018
Transferências	-	(188)	1.012	824
Saldos em 31 de dezembro de 2015	202	590	105.995	106.787
Aquisições	-	-	1.664	1.664
Baixas	-	-	(29)	(29)
Transferências	-	(350)	2.349	1.999
Saldos em 31 de dezembro de 2016	202	240	109.979	110.421
Amortização e perda do valor recuperável				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	(43.863)	(43.863)
Amortização	-	-	(12.515)	(12.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	(56.378)	(56.378)
Amortização	-	-	(12.611)	(12.611)
Baixas	-	-	23	23
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	(68.966)	(68.966)
Valor residual líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	202	590	49.617	50.409
Saldos em 31 de dezembro de 2016	202	240	41.013	41.455

Consolidado

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Direito de uso de subestação de energia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	227	974	172.885	13.749	187.835
Aquisições	-	-	3.424	-	3.424
Baixas	-	-	(151)	-	(151)
Variação Cambial	-	85	357	-	442
Transferências	-	(250)	1.410	3.126	4.286
Saldos em 31 de dezembro de 2015	227	809	177.925	16.875	195.836
Aquisições	-	7	2.025	-	2.032
Baixas	(6)	-	(7.920)	(15)	(7.941)
Transferências	-	(303)	2.426	54	2.177
Variação cambial	-	(44)	(332)	-	(376)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	221	469	174.124	16.914	191.728
Amortização e perda do valor recuperável					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	(79.901)	(5.752)	(85.653)
Amortização	-	-	(19.712)	(668)	(20.380)
Baixas	-	-	22	-	22
Variação cambial	-	-	(198)	-	(198)
Saldos em 31 dezembro de 2015	-	-	(99.789)	(6.420)	(106.209)
Amortização	-	-	(18.460)	(2.975)	(21.435)
Baixas	-	-	4.298	-	4.298
Variação cambial	-	-	201	-	201
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	(113.750)	(9.395)	(123.145)
Valor residual líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	227	809	78.136	10.455	89.627
Saldos em 31 de dezembro de 2016	221	469	60.374	7.519	68.583

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada entre 5 e 8 anos, direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável, exceto a baixa dos softwares de gestão na operação fabril alocados à controlada direta Randon Implementos para o Transporte Ltda. no montante de R\$ 3.829, em função dos motivos descritos na Nota explicativa 13.

17 Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, na data-base de 31 de dezembro de 2016, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo contingente	31/12/2016			31/12/2015			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2016	31/12/2015
a) cível	918	8.931	385	954	7.576	1.975	21	4
b) tributário	3.016	72.508	13.724	2.648	60.810	28.640	375	1.689
c) trabalhista	10.789	22.199	3.082	3.639	14.323	998	3.818	1.140
d) previdenciário	282	5.976	-	281	5.676	-	1.432	706
Total:	15.005	109.614	17.191	7.522	88.385	31.613	5.646	3.539

Consolidado

Passivo contingente	31/12/2016			31/12/2015			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2016	31/12/2015
a) cível	1.283	17.823	443	969	22.224	1.975	27	6
b) tributário	4.296	157.476	32.420	4.249	123.287	41.958	7.697	8.440
c) trabalhista	19.109	62.326	5.396	9.805	38.629	3.772	9.146	3.187
d) previdenciário	1.017	9.555	-	961	8.962	1.603	635	1.124
Total:	25.705	247.180	38.259	15.984	193.102	49.308	17.505	12.757

- **Cível** - Representado por ações indenizatórias movidas, majoritariamente, por clientes contra a Companhia.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram, em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- COFINS** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela compensação da COFINS com FINSOCIAL. Os créditos já foram compensados e a Companhia está buscando judicialmente o reconhecimento de tais compensações. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 9.841.
- Compensação com base no saldo negativo de CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de CSLL apurados nos exercícios de 2004 e 2005. O valor do processo é de R\$ 2.977.

- c. **Compensação com base no saldo negativo de IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ apurados nos exercícios de 2005 e 2006. O valor do processo é de R\$ 13.981.
- d. **Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em razão da não-homologação da compensação efetuada pela empresa de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no período de 1º de janeiro de 2003 a 30 de junho de 2003, em decorrência de evento de cisão parcial. O valor do processo é de R\$ 5.887.
- e. **IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente a suposto débito de IRPJ e CSLL decorrente de benefício fiscal relativo a crédito de juros sobre o capital próprio pago aos acionistas, apurado em valor excedente ao limite legal no ano calendário de 2007. O excesso refere-se a juros sobre o capital próprio reconhecidos no exercício de 2007, em relação ao ano base de 2003. Aguardando julgamento de Recurso. O valor do processo é de R\$ 6.346.
- f. **Compensação Créditos de Terceiros** - A Companhia está sendo executada pela Receita Federal relativamente a cobrança de créditos tributários oriundos de processos administrativos decorrentes de compensações de débitos com créditos de terceiros, processo está aguardando julgamento de recursos de apelação interpostos pelas partes contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução fiscal. O valor do processo é de R\$ 16.074.
- g. **IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, referente à cobrança de débito em razão da não-homologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no ano-calendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 5.127.
- h. **PDI - Incentivo a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico** - Glosa dos dispêndios considerados no cálculo do incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, pela Secretaria da Receita Federal, sob o argumento de que os dispêndios considerados pela Companhia não coadunam com P&D da Companhia (filial Suspensys), no valor de R\$ 6.405 e da controlada Jost, no valor de R\$ 2.615. Processo está aguardando julgamento da impugnação apresentada.
- i. **Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte** - A controlada Master Sistemas Automotivos Ltda foi autuada pela Receita Federal referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. O processo está em andamento na esfera administrativa. O valor do processo é de R\$ 3.956.
- j. **Imposto de Importação** - A controlada Fras-le S.A. foi autuada pela Receita Federal, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06 de outubro de 2011, foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento, para

cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional. O valor do processo é de R\$ 8.863.

- k. Imposto de Renda e Contribuição Social** - A controlada Fras-le apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002, sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenções - realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 3.591 aguardando julgamento da manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia.
- l. Contribuição Social referente a participação nos resultados dos gerentes e coordenadores** - A controlada Fras-le possui uma Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infração n.º 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da lei n.º 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O valor do processo é R\$ 6.402.
- m. Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** - A Companhia (filial Suspensys), foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no valor total de R\$ 7.081, decorrente de alegada irregularidade na determinação do benefício de redução de ICMS através do programa FUNDOPEM/Nosso Emprego. O valor inclui principal, multa e juros. Em 24 de janeiro de 2007, como resultado da impugnação apresentada pela Empresa, os cálculos do débito foram refeitos pela autoridade fiscal. O valor da causa foi reduzido, no exercício de 2008, em razão da sentença de ação anulatória realizada pela Empresa, sendo o novo valor atribuído a mesma de R\$ 4.412 .
- n. Imposto de Importação e IPI** - Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia (filial Suspensys), no valor total atualizado de R\$ 8.643, e Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$ 2.121 sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*. Aguardando julgamento da manifestação de Inconformidade.
- o. Crédito presumido de IPI** - Refere-se à notificações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., no ano de 2011, no valor total de R\$ 5.435, através das quais o fisco indeferiu o pedido de ressarcimento de crédito presumido feito pela Empresa e solicitou o pagamento do imposto correspondente. O valor inclui principal, multa e juros.
- p. Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço** - Refere-se à autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, contra Companhia (filial Suspensys), no valor de R\$ 2.312, as controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$ 10.703, Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$ 1.692 e Fras-le S.A., no valor de R\$ 2.064, através das quais o fisco constatou adjudicação do benefício fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos estão encerrados administrativamente. As controladas ingressaram com Ação Anulatória de Débito.
- q. ICMS - Diferença de alíquota do ICMS** - Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referente a controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda,

decorre da diferença de alíquota do ICMS de 12% para 18%, no valor atualizado de R\$ 18.881, referente aos meses de junho, julho, agosto, setembro e dezembro de 2008 e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2009. A controlada ingressou com Ação Anulatória de Débito.

- r. Contribuição ao PIS, COFINS e IPI** - A controlada Fras-le está sendo executada pela União Federal para cobrança de suposto débito decorrente de Processos Administrativos relativos a Contribuição ao PIS, COFINS e IPI. A companhia opôs embargos a execução. O valor do processo é R\$ 11.965.
- **Trabalhista** - diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
 - **Previdenciário** - Autuações do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que se encontram em fase de julgamento na Receita Federal do Brasil, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujo valor atualizado da causa na Companhia (filial Suspensys) é de R\$ 5.975, na controlada Master Sistemas Automotivos é de R\$ 2.357 e na controlada Jost Sistemas Automotivos é de R\$ 1.122 .

O demonstrativo, na data base 31 de dezembro de 2016, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2016			31/12/2015		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	6.733	20.781	1.203	6.284	19.396	1.123
(b) Previdenciário	175	6.259	22	164	5.842	22
(c) Tributário	1.482	8.507	74	1.384	7.940	74
Total	8.390	35.547	1.299	7.832	33.178	1.219

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2016			31/12/2015		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	7.726	27.034	1.203	7.211	25.232	1.123
(b) Previdenciário	175	6.259	22	164	5.842	22
(c) Tributário	25.801	21.741	111	24.081	20.292	104
Total	33.702	55.053	1.336	31.456	51.366	1.249

- (a) Cível - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.
- (b) Previdenciário - trata-se de ações em que a Companhia e suas controladas buscam a redução das alíquotas relativas à contribuição para o Seguro de Acidente de Trabalho, em face dos enquadramentos de risco acidentário expedidos pelo Poder Executivo e ações que buscam a desobrigação da Companhia em relação à majoração da alíquota da Contribuição Social em favor do INSS, de 15% para 20%.

- (c) Tributário - representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Movimentação da provisão para litígios passivos

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Cíveis	954	-	(35)	919
Trabalhistas	3.643	7.145	-	10.788
Tributárias	2.644	372	-	3.016
Previdenciário	281	1	-	282
	<u>7.522</u>	<u>7.518</u>	<u>(35)</u>	<u>15.005</u>

Consolidado

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Cíveis	969	365	(51)	1.283
Trabalhistas	9.805	10.190	(886)	19.109
Tributárias	4.249	1.363	(1.316)	4.296
Previdenciário	961	979	(923)	1.017
	<u>15.984</u>	<u>12.897</u>	<u>(3.176)</u>	<u>25.705</u>

18 Empréstimos e Financiamentos

				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a.	29/08/2017	-	-	353	426
		4,00% a					
FINAME	TJLP/SELIC	4,34% a.a.	16/06/2017	57.904	302.301	57.904	302.301
FINEP	TJLP	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	16.610	14.984	26.446	20.292
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a 11,0% a.a.	20/04/2019	132.045	52.061	133.748	54.979
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	3.595	3.604	10.493	9.249
BNDES	UMBNDDES / TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	17.296	45.700	33.566	72.809
BNDES	Taxa Fixa	8,0% a.a.	16/10/2017	50.795	111.080	101.590	178.696
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a 3,0% a.a.	07/12/2021	15.806	13.586	15.806	13.586
Leasing	CETIP/CDI-OVER	3,70% a.a.	30/03/2018	2.413	1.264	3.008	1.859
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	15/10/2020	-	-	83.516	98.946
Captação no mercado aberto	TJLP	8,4% a 11,5% a.a.	15/10/2020	-	-	781	5.407
Vendor	SELIC	3% a.a.	21/01/2019	485	674	-	-
		3,79% a 5,15% a.a.					
ACC	Taxa Fixa		08/09/2017	19.779	-	67.421	-
Moeda estrangeira:							
		3,00% a 4,50% a.a.					
Financiamento	Variação cambial + Libor		20/03/2020	76.268	108.186	124.297	167.155
Financiamento	Variação cambial	20,6% a.a.	30/04/2018	-	-	431	7.758
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 4,50% a.a.	09/08/2019	-	-	3.501	4.025
	UMBNDDES/Variação cambial	1,95% a 2,80% a.a.	15/01/2023	6.082	13.019	12.197	20.364
BNDES	Taxa fixa + variação cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a.	07/08/2019	102.419	122.581	102.417	122.581
Financiamentos				501.497	789.040	777.475	1.080.433
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a.	29/08/2017	-	-	-	417
FINEP	TJLP	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	15.953	26.929	59.060	79.788
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a 11,0% a.a.	20/04/2019	269.000	240.000	329.065	301.484
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	17.905	24.364	68.046	81.443
BNDES	UMBNDDES/ TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	29.510	45.978	44.932	77.140
BNDES	Taxa Fixa	8,0% a.a.	16/10/2017	-	50.000	-	100.000
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a 3,00% a.a.	07/12/2021	700.000	500.000	700.000	500.000
Leasing	CETIP/CDI-OVER	3,70% a.a.	30/03/2018	582	1.264	582	1.859
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	15/10/2020	-	-	80.223	163.220
Captação no mercado aberto	TJLP	8,4% a 11,5% a.a.	15/10/2020	-	-	182	950
Moeda estrangeira:							
		3,00% a 4,50% a.a.					
Financiamento	Variação cambial + Libor		20/03/2020	148.141	248.487	234.063	406.336
Financiamento	Variação cambial	20,6% a.a.	30/04/2018	-	-	2.686	653
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 4,50% a.a.	09/08/2019	-	-	5.726	13.778
	UMBNDDES/Variação cambial	1,95% a 2,80 % a.a.	15/01/2023	12.514	22.180	17.622	35.589
BNDES	Taxa fixa + variação cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a.	07/08/2019	109.656	251.453	109.656	251.453
Financiamentos				1.303.261	1.410.655	1.651.843	2.014.110
Total de empréstimos sujeitos a juros				1.804.758	2.199.695	2.429.318	3.094.543

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 436.284 (R\$ 692.766 em 31 de dezembro de 2015), não há carta fiança em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.928 em 31 de dezembro de 2015), não há notas promissórias.

Adicionalmente, a Companhia detêm contratos de financiamentos no valor de R\$ 485.278 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes;

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 2,9 vezes o EBITDA dos últimos doze meses, portanto abaixo do definido pelo *covenant*.

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pela controlada Banco Randon S.A., com o BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 8,4% a 11,5% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações tem taxa fixa que varia de 0% a 20,46% a.a..

Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro, 26 de agosto de 2013 e em 07 de dezembro de 2016, nos montantes totais de R\$ 300.000, R\$ 200.000, R\$ 200.000, respectivamente, sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de subscrição, sendo as duas primeiras captações realizadas em série única e a terceira captação realizada em duas séries, sendo a primeira série emitida com valor de R\$ 130.000 e a segunda série emitida com valor de R\$ 70.000. Os vencimentos das debêntures emitidas no ano de 2013 ocorrerão em 18 de dezembro de 2019 e 01 de agosto de 2020, respectivamente. A primeira e segunda série das debêntures emitidas em 2016 terão vencimento em 09 de dezembro de 2019 e 07 de dezembro de 2021, respectivamente.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e sua controlada Fras-le S.A. assinaram Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a.. Na parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;

- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 485 (R\$ 674 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$ 3.370 (R\$ 3.437 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento à instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas diretamente pela controlada indireta Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados a inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

19 Capital social e reservas

Ações autorizadas

	31/12/2016	31/12/2015
Ações ordinárias	200.000	200.000
Ações preferenciais	<u>400.000</u>	<u>400.000</u>
	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Ordinárias</u>		<u>Preferenciais</u>	
	Em milhares	R\$	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2015	<u>102.360</u>	<u>403.084</u>	<u>202.372</u>	<u>796.916</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>116.516</u>	<u>435.758</u>	<u>229.260</u>	<u>857.412</u>

Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015	<u>3.445</u>	<u>(22.071)</u>

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Reserva de capital

Representa o ágio pago na aquisição das quotas do capital social da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. e o efeito de alteração de percentual de controle sobre sua controlada Fras-le S.A., ocorridos no ano de 2013.

Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>					
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.340	100.918	3.711	(173.413)	94	(63.350)
Adições (baixas) no período	(42)	(3.912)	(15.475)	128.322	(18)	108.875
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.298	97.006	(11.764)	(45.091)	76	45.525

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundição Ltda, em 1º de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

20 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não realizou distribuição de dividendos sobre o resultado.

21 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Prejuízo líquido do exercício	(22.613)	(44.592)	(8.273)	(16.355)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	109.535	216.000	102.360	202.372
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	(0,21)	(0,21)	(0,08)	(0,08)

Em 29 de junho de 2016, através de deliberação do Conselho de Administração a Companhia aprovou, no limite de seu capital autorizado, o aumento do seu capital social, no valor de R\$ 93.170, mediante emissão privada de 14.155.159 ações ordinárias e 26.888.834 ações preferenciais nominativas com o objetivo de fortalecimento da estrutura de capital e patrimônio da Companhia.

22 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(18)	(2.842)	(46.331)	(57.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	<u>41.881</u>	<u>32.045</u>	<u>33.884</u>	<u>62.592</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	<u>41.863</u>	<u>29.203</u>	<u>(12.447)</u>	<u>5.334</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Demonstração do resultado abrangente				
IRPJ e CSLL diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Resultado abrangente	(9)	(633)	(9)	(2.480)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido/(prejuízo) contábil antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/(prejuízo) contábil antes dos impostos	(109.068)	(53.831)	1.081	(6.085)
À alíquota fiscal combinada de 34%	(37.083)	(18.303)	368	(974)
Diferencial de alíquota de controladas	-	-	1.291	-
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	4.064	1.309	23.662	2.958
Juros sobre capital próprio recebidos	5.005	3.784	-	-
Exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(13.575)	(13.543)	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	(4.864)	(3.497)
Incentivo à tecnologia	-	-	(845)	(1.634)
Deduções	(982)	(633)	(2.443)	(6.300)
Outros itens	708	(1.817)	(4.722)	4.113
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(41.863)</u>	<u>(29.203)</u>	<u>12.447</u>	<u>(5.334)</u>
Alíquota efetiva	<u>38,38%</u>	<u>54,24%</u>	<u>1.151,47%</u>	<u>87,65%</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais a compensar	123.415	58.526	64.881	62.769
Provisão para comissões e fretes	414	1.460	(1.046)	(4.113)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.070	5.769	3.301	189
Provisão para garantias	5.906	4.045	1.861	(220)
Provisão para mercadoria a entregar	-	719	(719)	436
Provisão para perdas de estoques	2.945	2.859	86	68
Operações de derivativos	18	-	18	-
Provisão participação nos resultados	1.582	880	702	(3.965)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.097)	(329)	(768)	232
Provisão para litígios	5.180	2.557	2.623	1.088
Provisão desvínculo de funcionários	2.282	2.571	(289)	1.099
Provisões diversas e outros	1.688	3.740	(2.052)	1.607
Ágio na aquisição de participação em controlada	44.144	66.216	(22.072)	(22.072)
Randonprev avaliação atuarial	(229)	(848)	619	(1.374)
Depreciação acelerada incentivada	-	(927)	927	1.528
Valor justo ativo imobilizado	(33.744)	(34.756)	1.012	1.235
Depreciação vida útil/fiscal	(35.451)	(28.214)	(7.237)	(6.496)
Reavaliação a realizar	(2.957)	(2.991)	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			41.881	32.045
Ativo fiscal diferido líquido	123.166	81.277		

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia classificou o montante de R\$ 9 de impostos diferidos em outros resultados abrangentes.

Consolidado

	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais a compensar	183.721	131.785	52.850	88.362
Provisão para comissões e fretes	2.441	4.363	(1.922)	(4.467)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	15.208	14.759	449	4.996
Provisão para garantias	8.833	5.520	3.313	49
Provisão para mercadoria a entregar	1.085	763	322	316
Provisão para perdas de estoques	4.863	4.847	16	(62)
Operações de derivativos	(387)	(246)	(141)	1.235
Provisão participação nos resultados	5.818	4.201	1.617	(4.638)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(2.946)	33	(2.979)	1.306
Provisão para litígios	5.777	3.560	2.217	1.553
Provisão desvinculo de funcionários	2.331	3.918	(1.587)	1.150
Ágio na aquisição de participação em controlada	44.144	66.216	(22.072)	(22.072)
Provisões diversas e outros	12.632	13.221	(589)	3.693
Randonprev avaliação atuarial	43	(1.560)	1.603	(1.990)
Depreciação acelerada incentivada	-	(2.225)	2.225	1.708
Valor justo ativo imobilizado	(58.093)	(66.569)	8.476	3.866
Depreciação vida útil/fiscal	(65.636)	(55.688)	(9.948)	(12.447)
Reavaliação a realizar	(2.957)	(2.991)	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			33.884	62.592
Ativo fiscal diferido	195.907	155.103		
Passivo fiscal diferido	(39.030)	(31.196)		
Ativo/Passivo fiscal diferido	156.877	123.907		

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia classificou o montante de R\$ 914 de impostos diferidos em outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 503.589 (R\$ 285.170 em 31 de dezembro de 2015), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, que tem prazo de dez anos para prescrição. O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de dez anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.

23 Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Referem-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferidos para a Administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de

31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, esses recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo dessa operação era de R\$ 74.037 (R\$ 61.169 em 31 de dezembro de 2015).

24 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas	1.704.762	2.088.976	3.329.470	3.879.974
Devolução de vendas	(17.926)	(18.519)	(34.141)	(29.246)
Ajuste a valor presente	(22.326)	(27.366)	(44.057)	(49.603)
Impostos sobre a venda	(320.038)	(380.340)	(627.296)	(701.724)
Receita operacional líquida	1.344.472	1.662.751	2.623.976	3.099.402

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.251.143)	(1.463.561)	(2.103.069)	(2.458.475)
Despesas com vendas	(109.524)	(155.387)	(273.732)	(348.115)
Despesas gerais e administrativas	(84.007)	(98.375)	(184.017)	(219.751)
Outras despesas operacionais	(18.153)	(24.262)	(74.914)	(69.607)
	(1.462.827)	(1.741.585)	(2.635.732)	(3.095.948)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(57.239)	(58.916)	(121.331)	(124.648)
Despesas com pessoal	(231.464)	(267.934)	(550.648)	(620.067)
Honorários da administração	(8.789)	(7.147)	(12.251)	(14.931)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(922.993)	(1.129.018)	(1.341.152)	(1.618.164)
Frete	(32.851)	(70.084)	(67.012)	(109.821)
Energia elétrica	(16.555)	(11.649)	(51.719)	(43.030)
Comissões	(9.721)	(19.013)	(58.777)	(71.323)
Conservação e manutenção	(26.822)	(27.467)	(62.131)	(69.557)
Despesas com TI	(9.458)	(9.828)	(16.676)	(18.319)
Assistência técnica	(18.742)	(13.838)	(19.479)	(20.461)
Aluguéis	(11.126)	(19.168)	(20.707)	(36.564)
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	(11.950)	-
Outras despesas	(117.067)	(107.523)	(301.899)	(349.063)
	(1.462.827)	(1.741.585)	(2.635.732)	(3.095.948)

26 Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ordenados e salários	163.421	224.299	428.491	506.772
Custos de previdência social	42.983	11.141	68.348	29.985
Custos relacionados à aposentadoria	2.260	2.415	4.228	4.555
Benefícios concedidos	22.800	30.079	49.581	78.755
	231.464	267.934	550.648	620.067

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros reconhecido pela Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 16.307 (R\$ 21.739 em 31 de dezembro de 2015).

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Variação cambial	45.975	56.410	93.077	164.911
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	124.435	143.866	202.033	193.356
Receitas de operações de <i>swap</i>	4.419	-	4.871	5.123
Ganhos com outras operações de derivativos	-	-	1.000	3.814
Ajuste a valor presente	22.591	26.856	38.458	42.308
Outras receitas financeiras	11.202	9.075	16.596	13.322
	208.622	236.207	356.035	422.834
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(42.033)	(54.617)	(94.315)	(151.083)
Juros sobre financiamentos	(177.304)	(181.274)	(213.320)	(228.160)
Despesas de operações de <i>swap</i>	(4.471)	-	(7.714)	(1.647)
Perdas com outras operações de derivativos	(1.109)	-	(1.167)	(7.056)
Despesas de contratos de mútuos	(852)	(1.664)	(897)	(1.783)
Ajuste a valor presente	(11.991)	(8.954)	(12.542)	(9.057)
Juros de mora	(46)	(209)	(260)	(2.056)
Descontos concedidos	(324)	(604)	(5.097)	(9.020)
Custos bancários	(333)	(855)	(7.914)	(9.042)
Outras despesas financeiras	(17.399)	(18.018)	(33.114)	(47.245)
	(255.862)	(266.195)	(376.340)	(466.149)
Resultado financeiro	(47.240)	(29.988)	(20.305)	(43.315)

28 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia e suas controladas estão descritos a seguir.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas Informações financeiras.

Controladora

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	619.385	874.557	619.385	874.557
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - circulante	7	(2)	265.225	268.898	264.926	268.889
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - não circulante	7	(2)	104.263	84.557	104.145	84.554
Clientes	8	(2)	174.694	298.311	174.694	298.311
Consórcio para revenda		(2)	24.215	20.234	24.215	20.234
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	17	(2)	(1.349.678)	(1.433.789)	(1.329.415)	(1.434.287)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	17	(2)	(455.080)	(765.906)	(474.910)	(766.279)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2)	(53)	-	(53)	-
Total			(617.029)	(653.138)	(617.013)	(654.021)

Consolidado

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	1.133.643	1.328.404	1.133.643	1.328.404
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	(2)	680.983	403.773	680.561	403.757
Clientes	8	(2)	580.741	805.566	580.741	805.566
Consórcio para revenda		(2)	61.341	47.966	61.341	47.966
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros						
Derivativos	28	(2)	1.216	5.527	1.216	5.527
Passivos						
Passivo pelo custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	18	(2)	(1.816.722)	(2.064.851)	(1.748.949)	(2.065.279)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	18	(2)	(612.596)	(1.029.692)	(680.422)	(1.031.461)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros						
derivativos	28	(2)	(53)	(429)	(53)	(429)
Total			28.553	(503.736)	28.078	(505.949)

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível do seguinte da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2016.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2016, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Controladora

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	134.783	101.088	67.392
Depreciação da taxa em				
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		13,6 %	10,2 %	6,8%
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e financiamentos	R\$	208.480	258.022	308.794
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,5%	9,4%	11,3%
UMBNDDES		4,1%	5,2%	6,2%
CDI		13,6%	17,0%	20,4%
IPCA		6,3%	7,9%	9,4%
LIBOR semestral		1,3%	1,6%	2,0%
Variação cambial		3,26	4,07	4,89
BADLAR		19,9%	24,8%	29,8%
Consolidado				
Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	247.334	185.500	123.667
Depreciação da taxa em				
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		13,6 %	10,2 %	6,8 %
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	252.752	309.143	367.352
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,5%	9,4%	11,3%
UMBNDDES		4,1%	5,2%	6,2%
CDI		13,6%	17,0%	20,4%
IPCA		6,3%	7,9%	9,4%
LIBOR semestral		1,3%	1,6%	2,0%
Variação cambial		3,26	4,07	4,89
BADLAR		19,9%	24,8%	29,8%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38 R1/ IAS 39) e regulamento interno, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o Dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou variação negativa de 16,53% (47,01% positiva em 31 de dezembro de 2015). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*:

Controladora						
Contraparte	Tipo	Taxa de Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$ mil	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,2617	63.636	63.473	207.397
Santander	FRN	3,4615	3,4615	29.167	(5.903)	95.057
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	7.562	(2.102)	24.647
Banco Votorantin	FRN	4,0170	4,0170	12.667	(9.600)	41.282
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	15.000	(7.259)	48.887
Total				128.032	38.609	417.270

Consolidado						
Contraparte	Tipo	Taxa de Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$ mil	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,2617	63.636	63.473	207.397
Santander	FRN	3,4615	3,4615	29.167	(5.903)	95.057
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	7.562	(2.102)	24.647
Banco Votorantin	FRN	4,0170	4,0170	12.667	(9.600)	41.282
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	15.000	(7.259)	48.887
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	13.637	12.498	44.442
Total				141.669	51.107	461.712

(*) Valor apropriado no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de *hedge accounting*:

Controladora

Ano de referência	Valor designado financiamento USD mil	Ano de referência	Vendas em USD mil designadas
2017	48.930	2017	48.930
2018	44.766	2018	44.766
2019	25.246	2019	25.246
2020	9.090	2020	9.090
Total	128.032	Total	128.032

Consolidado

Ano de referência	Valor designado financiamento USD mil	Ano de referência	Vendas em USD mil designadas
2017	54.384	2017	54.384
2018	50.221	2018	50.221
2019	27.974	2019	27.974
2020	9.090	2020	9.090
Total	141.669	Total	141.669

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	20.048	26.114	50.750	50.456
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	139.634	196.145	187.965	263.699
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(16)	-	357	916
D. Exportações futuras designadas para <i>Hedge Accounting</i>	128.032	176.965	141.669	196.056
E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	8.430	6.934	4.811	(16.271)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Operação	Risco	Controladora		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,25	4,07	4,88
Déficit apurado		27.474	34.343	41.211
Taxa	Baixa do US\$	3,25	2,44	1,62
Déficit apurado		27.474	20.606	13.737

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,25	4,07	4,88
Déficit apurado		15.680	19.599	23.519
Taxa	Baixa do US\$	3,25	2,44	1,62
Déficit apurado		15.680	11.760	7.840

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

Controladora

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	17	1.804.758	2.199.695
Instrumentos financeiros derivativos	28	53	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(619.385)	(874.557)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(369.488)	(353.455)
Dívida líquida		815.938	971.683
Patrimônio líquido		1.413.157	1.277.333
Patrimônio e dívida líquida		2.229.095	2.249.016
Quociente de alavancagem		36,6%	43,2%

Consolidado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	17	2.429.318	3.094.543
Instrumentos financeiros derivativos	28	(1.163)	(5.098)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(1.133.643)	(1.328.404)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(680.983)	(403.773)
Dívida líquida		613.519	1.357.268
Patrimônio líquido		1.413.157	1.277.333
Patrimônio e dívida líquida		2.026.686	2.634.601
Quociente de alavancagem		30,3%	51,5%

Garantias

A Companhia não possui ativos financeiros dados em garantia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação, a análise de crédito é feita pela controlada indireta Banco Randon S.A.. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Algumas vendas são financiadas via controlada indireta Banco Randon S.A. onde a Companhia equaliza taxas e é avalista de algumas operações, além disso algumas vendas são garantidas pela rede de distribuidores. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com aproximadamente 7 clientes (7 clientes em 31 de dezembro de 2015) que deviam à Companhia mais de R\$ 10.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 52% (41% em 31 de dezembro de 2015) de todos os recebíveis de clientes. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota explicativa 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	356.108	544.482	1.720.769	15.139	2.636.498	2.199.695
Fornecedores	<u>76.414</u>	<u>1.148</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>77.678</u>	<u>77.528</u>
	<u>432.522</u>	<u>545.630</u>	<u>1.720.885</u>	<u>15.139</u>	<u>2.714.176</u>	<u>2.277.223</u>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	125.040	501.549	1.586.093	4.152	2.216.834	1.804.758
Fornecedores	95.196	980	133	-	96.309	95.830
Instrumentos financeiros derivativos	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>53</u>
	<u>220.289</u>	<u>502.529</u>	<u>1.586.226</u>	<u>4.152</u>	<u>2.313.196</u>	<u>1.900.641</u>

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	452.265	775.888	2.341.860	62.655	3.632.668	3.094.543
Fornecedores	126.970	7.962	89	-	135.021	134.718
Instrumentos financeiros derivativos	<u>429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>429</u>	<u>429</u>
	<u>579.664</u>	<u>783.850</u>	<u>2.341.949</u>	<u>62.655</u>	<u>3.768.118</u>	<u>3.229.690</u>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	192.055	731.800	1.973.591	22.734	2.920.180	2.429.317
Fornecedores	169.653	1.181	199	-	171.033	170.058
Instrumentos financeiros derivativos	53	-	-	-	53	53
	361.761	732.981	1.973.790	22.734	3.091.266	2.599.428

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com *Non Deliverable Forward* (NDFs) visando à proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando à proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação, a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido dessas operações é registrado por competência nas suas informações financeiras.

Apresentamos, no quadro abaixo, as posições da Companhia e suas controladas, verificadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Consolidado

Descrição/ Contraparte	Valor de referência				Valor Justo (crédito) / débito		Valor de custo (crédito) / débito		Efeito acumulado em 2016 (crédito)/ débito		Efeito acumulado em 2015 (crédito)/ débito	
	Notional - em milhares de U\$		Notional - em milhares de R\$		2016	2015	2016	2015	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF	-	1.000	-	3.572	-	(429)	-	(429)	-	-	36	(5.301)
SWAP	1.596	2.515	3.721	5.860	1.476	4.007	1.476	4.007	758	-	5.123	(1.647)
Total	1.596	3.515	3.721	9.432	1.476	3.578	1.476	3.578	758	-	5.159	(6.948)

No quadro abaixo, demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Consolidado

Descrição	Valor de referência (Notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2016	31/12/2015	Moeda	31/12/2016	31/12/2015
NDF - hedge accounting						
Banco Santander	USD	-	1.000	R\$	-	(429)
Swap						
Banco Itaú BBA	USD	1.596	2.515	R\$	1.476	4.007
Total	USD	1.596	3.515	R\$	1.476	3.578

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares:

Consolidado

Descrição	31/12/2016				31/12/2015	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF - USD	-	-	-	-	-	1.000
Swap - USD	102	510	583	95	1.290	2.515
Total	102	510	583	95	1.290	3.515

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e perdas registradas no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido*	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		Alocado no patrimônio líquido*	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Proteção Cambial							
Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	R\$	-	(5.209)	-	(4.193)	-	4.843
Swap	R\$	-	-	(2.843)	3.476	-	-
Total	R\$	-	(5.209)	(2.843)	(717)	-	4.843

(*) Valor sem os efeitos dos impostos.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem

apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
SWAP	Baixa do USD	1.216	(1.073)	(2.146)

29 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas às empresas:

	Tipo de garantia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Avais	99.112	100.497	99.112	100.497
Fras-le S.A.	Avais e fianças	176.837	271.495	176.837	271.495
Randon Argentina S.A.	Fianças	9.227	17.777	9.227	17.777
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Avais e fianças	29.134	47.865	29.134	47.865
Freios Controil Ltda.	Avais	-	3.958	1.490	3.958
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Fianças	2.144	2.170	2.144	2.170
Banco Randon S.A.	Avais	119.830	126.197	119.830	126.197
Total		436.284	569.959	437.774	569.959

Além dos avais e fianças concedidas para as empresas citadas acima, a Companhia concede avais e fianças para terceiros no montante de R\$ 81.427 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 106.208 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia não possui outros compromissos de longo prazo.

30 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes empresas Randon:

- **Segmento de veículos e implementos:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Argentina S.A., e Randon Automotive Ltda., sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semirreboques, vagões ferroviários, caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.

- **Segmento de autopeças:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações-divisão autopeças; Fras-le S.A., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.
- **Segmento de serviços:** refere-se ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, e Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira, cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S.A..

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das empresas (incluindo receitas e despesas de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida para terceiros	1.164.954	1.549.483	1.314.620	1.419.295	144.402	130.624	-	-	2.623.976	3.099.402
Receita líquida intersegmentos (a)	82.047	101.456	202.313	206.007	13.935	12.609	(298.295)	(320.072)	-	-
Receita líquida	1.247.001	1.650.939	1.516.934	1.625.302	158.337	143.233	(298.295)	(320.072)	2.623.977	3.099.402
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.161.212)	(1.424.170)	(1.204.802)	(1.314.035)	(20.305)	(19.159)	283.250	298.889	(2.103.069)	(2.458.475)
Lucro bruto	85.789	226.769	312.132	311.267	138.032	124.074	(15.045)	(21.183)	520.908	640.927
Despesas operacionais	(166.450)	(229.464)	(217.405)	(266.197)	(99.161)	(93.769)	(16.506)	(14.267)	(499.522)	(603.697)
Resultado financeiro líquido	(43.828)	(35.956)	18.584	6.894	3.880	4.062	1.058	(18.315)	(20.306)	(43.315)
Lucro/prejuízo do segmento (antes dos impostos sobre o lucro) (b)	(124.489)	(38.651)	113.311	51.964	42.751	34.367	(30.493)	(53.765)	1.080	(6.085)
Ativos operacionais (c)	1.545.284	2.019.356	1.147.553	827.294	386.069	480.455	(20.120)	(23.088)	3.049.786	3.304.017
Passivos operacionais (d)	1.982.924	2.376.874	593.616	717.677	288.476	371.219	(135.900)	(107.968)	2.729.116	3.357.802
Ativo não circulante (e)	841.740	890.396	572.570	651.246	1.191	1.579	(741)	(741)	1.414.760	1.542.480

(a) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

(b) O lucro referente a cada segmento operacional.

(c) Os ativos dos segmentos não incluem, direitos por recursos de consórcios (R\$ 74.037), cotas de consórcio (R\$ 61.341), depósitos judiciais (R\$ 17.505), impostos diferidos (R\$ 195.907), despesas antecipadas (R\$ 11.916) e outras contas (R\$ 41.763).

(d) Os passivos dos segmentos não incluem Juros sobre capital próprio e dividendos (R\$ 10.692), participação dos empregados e dos administradores (R\$ 17.108), obrigações por recursos de consorciados (R\$ 74.073), provisão para litígio (R\$ 25.705), impostos diferidos (R\$ 39.030) e outras contas (R\$ 72.988).

(e) Ativo não circulante é composto por ativo imobilizado, ativo intangível e propriedade para investimento.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	<u>Veículos e Implementos</u>		<u>Autopeças</u>		<u>Serviços</u>		<u>Ajustes e eliminações</u>		<u>Total consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Região:										
Mercado nacional	986.331	1.352.737	1.162.163	1.292.152	158.337	143.233	(275.743)	(289.581)	2.031.088	2.498.541
Mercosul e Chile	209.558	218.392	98.087	95.630	-	-	(22.553)	(30.491)	285.092	283.531
Nafta	7	74	164.905	166.056	-	-	-	-	164.912	166.130
Europa	835	1.453	12.345	11.191	-	-	-	-	13.180	12.644
África	24.705	55.912	12.161	10.307	-	-	-	-	36.866	66.219
América Central e outros países da América do										
Sul	21.308	22.062	34.843	25.488	-	-	-	-	56.151	47.550
Oriente Médio	4.257	269	19.922	16.742	-	-	-	-	24.179	17.011
Ásia	-	-	8.873	4.285	-	-	-	-	8.873	4.285
Oceania	-	-	3.635	3.451	-	-	-	-	3.635	3.451
Outros	-	40	-	-	-	-	-	-	-	40
Total	1.247.001	1.650.939	1.516.934	1.625.302	158.337	143.233	(298.296)	(320.072)	2.623.976	3.099.402

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente à um dos clientes totalizou R\$ 163.059 (R\$ 410.211 em 31 de dezembro de 2015), resultante de vendas feitas pelo segmento de veículos e implementos.

c. Ativo por área geográfica

	Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015
Brasil	1.688.041	1.825.477
Estados Unidos	40.281	67.880
Argentina	11.334	12.845
Chile	26	33
Mexico	28	35
China	8.365	12.866
Alemanha	249	417
África	18	33
Emirados Árabes	10	19
Eliminações	(113.643)	(88.696)
Total	1.634.708	1.830.909

31 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado	
		Total dos limites de indenização	
	Risco coberto	31/12/2016	31/12/2015
Prédios, estoques, máquinas e	Incêndio, vendaval, danos elétricos e		
Lucros cessantes	riscos gerais.	383.000	466.485
Veículos	Casco	4.616	9.703
Aeronaves	Responsabilidade civil e casco	37.108	40.930
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	37.646	83.185
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	26.000	47.527
Acidentes pessoais	Danos pessoais	43.148	53.195
		531.518	701.025